



Intentio operis, translator et lector empiricus: sobre a interpretação no processo tradutório, tradutores e leitores empíricos

Intentio operis, translator et lector empiricus: on interpretation in the translation process, empirical translators, and empirical readers

Pedro Henrique de Paiva GAUDENCIO*

Sinara de Oliveira BRANCO**

RESUMO: O objetivo deste artigo é aplicar os conceitos de leitor-modelo e *intentio operis* propostos por Umberto Eco (2004, 2005, 2016) ao processo tradutório, relacionando-os à noção de tradução enquanto reescrita através do conceito de transcrição (CAMPOS, 2011). Mediante uma abordagem teórico-crítica que visa a consideração de tais teorias a partir da ótica da prática tradutória, debatemos de que maneira aspectos socioculturais influenciam tanto o processo interpretativo quanto o processo de (re)autoria necessários à recriação da *intentio operis* de um texto em um novo sistema semiótico. Por fim, destacamos a necessidade de desenvolvimento de estudos voltados para tradutores e leitores empíricos como forma de obtenção de dados que possibilitem o estabelecimento e o refinamento de normas tradutórias (CHESTERMAN, 1993, 2016; TOURY, 2012), almejando melhor compreender as forças externas que moldam a tradução enquanto processo e produto. Demonstramos, desse modo, a relevância de estudos empíricos voltados para os processos de interpretação e autoria no âmbito dos Estudos da Tradução.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos da Tradução. Leitor-modelo. *Intentio operis*. Transcrição. Normas tradutórias.

ABSTRACT: This paper aims at applying Umberto Eco's (2004, 2005, 2016) concepts of a model reader and *intentio operis* to the translation process, relating them to the notion of translation as rewriting through the concept of transcreation (CAMPOS, 2011). Using a theoretical critical approach that considers such theories through the lens of translation practice, we debate in which way sociocultural aspects influence both the interpretative as well as the (re)authorial processes necessary for the recreation of the *intentio operis* of a text in a new semiotic system. Finally, we highlight the necessity of studies about empirical translators and readers as a way of obtaining data that facilitates the establishment and refinement of translation norms (CHESTERMAN, 1993, 2016; TOURY, 2012), aiming to better understand the external forces that shape translation both as process and product. Thus, we argue in favor of the relevance of empirical studies centered on the processes of interpretation and authorship in the scope of Translation Studies.

KEYWORDS: Translation Studies. Model reader. *Intentio operis*. Transcreation. Translation norms.

Artigo recebido em: 25.08.2022

Artigo aprovado em: 06.10.2022

* Graduado em Letras – Inglês (UFMG). Mestrando pelo PPGLE-UFMG. pedro.gaudencio@estudante.ufcg.edu.br

** Doutora em Linguística/Tradução pela UFSC. Professora Adjunta UFMG. sinarabranco@gmail.com

1 Introdução

A interpretação textual e o papel do receptor durante os atos interpretativos têm recebido cada vez mais atenção, sobretudo após a primeira metade do século XX. Desde então, diversos autores se debruçaram sobre o tema, constituindo diferentes teorias e escolas de interpretação. A valorização do polo receptor também pode ser observada nos Estudos da Tradução principalmente após a virada cultural, quando a cultura-alvo e considerações sobre o sistema receptor passam também a ser o principal objeto de estudo de diferentes escolas teóricas. Ainda assim, estudos voltados para o leitor e o processo de interpretação comumente se encerram no plano teórico, dificilmente se preocupando em abordar os processos de interpretação e tradução através da ótica de tradutores e leitores empíricos.

Frente a isso, o presente artigo objetiva debater as relações existentes entre texto, tradutor e leitor a partir dos conceitos de leitor-modelo e *intentio operis* propostos por Umberto Eco (2004, 2005, 2015), associando-os à noção de tradução como reescrita ou transcrição (CAMPOS, 2011); debatendo, a partir dessas teorias, aspectos socioculturais que influenciam os processos de interpretação e tradução, questionando de que forma se relacionam às figuras dos autores, tradutores e leitores empíricos.

Para tanto, iniciamos nossa discussão a partir de uma caracterização da tensão histórica existente entre interpretações voltadas para o autor ou para o leitor, definindo, a seguir, os conceitos de autor-modelo e *intentio operis* (ECO, 2004, 2005, 2015). Na seção seguinte, apresentamos o processo tradutório como reescrita da *intentio operis* a partir da ideia de transcrição proposta por Haroldo de Campos (2011). Questionamos, então, de que maneira esses construtos teóricos remetem a aspectos socioculturais do polissistema receptor (GENTZLER, 2009) e de que modo seria possível investigá-los a partir de estudos empíricos que abordem leitores e tradutores através do conceito de normas (CHESTERMAN, 1993, 2007, 2016; TOURY, 2012). Esperamos, desse modo, demonstrar a importância de estudos empíricos para o desenvolvimento dos Estudos da Tradução como campo de saber científico.

2 Historicidade e interpretação: *modus ponens* x hermetismo

Questionamentos e debates a respeito da interpretação de textos acompanham o ato de escrita desde sua invenção. Remontando ainda à Antiguidade Clássica, encontramos na filosofia platônica e na Poética aristotélica o gérmen de preocupações ainda contemporâneas quanto ao uso de textos feito por leitores e à responsabilidade ética do autor quanto a isso. Na retórica latina, exacerba-se o olhar voltado para a estilística e os efeitos de um texto naqueles que o interpretam. Com a cristianização, a hermenêutica assume papel central e determinante na formação sociocultural das sociedades ocidentais. Ainda assim, é somente durante o século XX que tais debates se organizam formalmente ao redor de escolas e construtos teóricos, com o leitor e a interpretação assumindo papéis vitais no estudo científico dos textos – nem por isso, é necessário frisar, distanciando-se inteiramente dos anseios que acompanham os atos de autoria e leitura desde suas origens.

É proveitoso, portanto, recorrer à historicidade das correntes de pensamento que guiam nosso atual entendimento do processo de interpretação. Eco (2005, 2015) aponta como primeira lógica de interpretação textual o *modus ponens* greco-latino: originando-se na lógica aristotélica e tomando por base as leis de não contradição e do terceiro excluído, a interpretação textual assume feições marcadamente dedutivas, colocando a lógica interna do texto como único critério interpretativo. Resulta, daí, o entendimento do texto como fenômeno unívoco, e da interpretação como resgate de um significado único e predeterminado. De tal maneira, a construção de significado através do processo de interpretação é depositada em sua quase totalidade no polo autoral – não surpreendem, pois, as obsessões aristotélicas e platônicas quanto à responsabilidade ética do autor.

Como segunda corrente dominante de pensamento interpretativo, Eco (2005, 2015) indica o surgimento da filosofia hermética. Apoiada na busca pelo segredo divino que repousa escondido nos fenômenos e na lógica da semelhança universal, sob a qual tudo se relaciona, de algum modo, a todas as outras coisas; uma interpretação

textual hermética desloca radicalmente a construção de sentido para o polo receptor. Através de cadeias semióticas infinitas, o significado de um texto desliza de significante a significante, em um processo análogo à semiótica ilimitada descrita por Peirce (2010). Soma-se a tal característica o ocultismo hermético, que, em sua busca pela verdade divina oculta sob o manto da matéria, propõe a existência de significados determinados não pela lógica do texto, mas pela lógica da semelhança universal; do que resulta não apenas um único significado correto e determinado, mas a total indeterminação e a negação de certeza em todos os significados encontrados durante o ato de interpretação.

Nota-se, portanto, que enquanto pensamentos interpretativos, o *modus ponens* e o hermetismo localizam-se nos polos extremos de significação durante a interpretação, colocando a criação de significados como atos pertencentes quase que exclusivamente ao autor e ao leitor, respectivamente. Em sua historicidade inescapável, ambas as correntes foram influentes nas diferentes escolas de interpretação e leitura que surgiram através dos séculos e que culminaram, na década de 1960, na revolução promovida principalmente por Roland Barthes (2004) e sua “morte do autor”. É perceptível, assim, a valorização do papel do leitor no processo de significação, e a relevância, na contemporaneidade, de estudos textuais que levem em consideração o papel do receptor.

3 O leitor-modelo e a *intentio operis*

Diante da renovada atenção dedicada ao leitor proliferam-se, durante a segunda metade do século XX, escolas e conceitos teóricos centrados na construção de sentido durante o processo de interpretação textual:

[...] diferentes orientações como a estética da recepção, a hermenêutica, as teorias semióticas do leitor ideal ou modelo, o chamado *reader oriented criticism* e a desconstrução elegeram como objeto de pesquisa não tanto os acontecimentos empíricos da leitura (objeto de uma sociologia da recepção) mas a função de construção –

ou de desconstrução – do texto desenvolvida pelo ato da leitura, visto como condição eficiente e necessária da atuação mesma do texto como tal.

A assertiva subjacente a cada uma dessas tendências é: o funcionamento de um texto (mesmo não verbal) explica-se levando em consideração, além ou em lugar do momento gerativo, o papel desempenhado pelo destinatário na sua compreensão, atualização, interpretação, bem como o modo com que o próprio texto prevê essa participação. (ECO, 2015, p. 27)

Quanto à cooperação entre textos e leitores e a previsão dessa interação, uma das mais relevantes contribuições dessa época foi o conceito de leitor-modelo conforme proposto por Eco (2004). Partindo do princípio pragmático da incompletude do texto gerada pela postulação da competência gramatical de um destinatário, Eco (2004) afirma que o texto está repleto de espaços em branco e interstícios a serem preenchidos. No caso de textos estéticos (ou “abertos”), tais instâncias de “não dito” tornam-se ainda mais presentes, uma vez que, nesses casos, “o texto quer deixar ao leitor a iniciativa interpretativa” (ECO, 2004, p. 37), abrindo, assim, o leque de interpretações possíveis.

Entretanto, o preenchimento de tais lacunas de significado em um texto não se dá aleatoriamente. Está, ao contrário, condicionado pelo próprio texto:

Para organizar a própria estratégia textual, o autor deve referir-se a uma série de competências (expressão mais vasta do que “conhecimento de códigos”) que confirmam conteúdo às expressões que usa. Ele deve aceitar que o conjunto de competências a que se refere é o mesmo a que se refere o próprio leitor. Por conseguinte, preverá um Leitor-Modelo capaz de cooperar para a atualização textual como ele, o autor, pensava, e de movimentar-se interpretativamente conforme ele se movimentou gerativamente. (ECO, 2004, p. 39)

A noção de leitor-modelo representa, dessa forma, uma estratégia empregada pelo autor durante o processo de geração textual. Eco frisa, contudo, que essa estratégia textual não implica a passividade e a espera da iniciativa interpretativa vinda exclusivamente do leitor. Através de escolhas lexicais e gramaticais (como a

língua utilizada, o conhecimento enciclopédico esperado do leitor, a escolha de um patrimônio estilístico e cultural específico etc.), o texto não só prevê a competência do seu próprio leitor-modelo, como também participa ativamente na sua construção. Serão justamente tais escolhas, realizadas pelo autor e materializadas no texto, que servirão como indícios a serem seguidos pelo leitor durante o ato de interpretação, guiando-o no preenchimento das lacunas de sentido do texto. Afirma-se, portanto, que “o texto é um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte do próprio mecanismo gerativo” (ECO, 2004, p. 39).

A partir do conceito de leitor-modelo conforme proposto por Eco torna-se possível melhor pensar a tensão existente entre interpretações que tendem ao hermetismo ou à univocidade do *modus ponens*. Se por um lado historicamente buscou-se, através da interpretação, aquilo que o autor queria dizer como significado único e determinado – a *intentio auctoris*; por outro, buscou-se também aquilo que, no texto, o destinatário encontra a partir de seus próprios sistemas de significação, referenciais culturais, pulsões e desejos; a despeito daquilo que intenciona o autor – a *intentio lectoris*. Estando, conforme previamente exposto, a *intentio auctoris* e a *intentio lectoris* situadas nos polos extremos da interpretação voltada para o emissor e para o receptor, a noção de leitor-modelo como estratégia textual permite uma terceira via de interpretação, situada entre extremos: a *intentio operis*.

Afastamo-nos, primeiramente, da noção de interpretação como pretendido resgate de um código unívoco depositado no texto pelo autor, uma vez que o próprio entendimento contemporâneo da língua como cultura impossibilita a definição férrea de um único sentido, conforme expõe Barthes:

Sabemos agora que um texto não é feito de uma linha de palavras, libertando um sentido único, de certo modo teológico (que seria a “mensagem” do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escritas variadas, nenhuma das quais é original: o texto é um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura. (BARTHES, 2004)

Por outro lado,

[...] a noção de uma semiótica ilimitada não leva à conclusão de que a interpretação não tem critérios. Dizer que a interpretação (enquanto característica básica da semiótica) é potencialmente ilimitada não significa que a interpretação não tenha objeto e que corra por conta própria. Dizer que um texto potencialmente não tem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz. (ECO, 2005, p. 28)

Eco se refere ao fato de que como mecanismo gerativo de si próprio, é o próprio texto que fornece as condições necessárias à sua interpretação. Por mais que a multiplicidade de sentidos e o número de interpretações possíveis de um texto sejam infinitos, tais interpretações necessariamente apoiam-se no texto, materializado como signo e apartado de seu autor. Uma vez que o texto postula seu próprio leitor-modelo através de indícios de significação, a interpretação ancora-se necessariamente em tais indícios. A interpretação trata-se, portanto, da busca não pela intenção do autor ou do leitor, mas pela intenção profunda do próprio texto: a *intentio operis*; intenção essa que, sendo ilimitada e plurívoca, desaprova ainda assim as interpretações que se distanciam demasiadamente da materialidade textual como mau uso ou superinterpretação do texto. Em suma:

A iniciativa do leitor consiste em fazer uma conjectura sobre a *intentio operis*, conjectura essa que deve ser aprovada pelo complexo do texto como um todo orgânico. Isso não significa que só se possa fazer sobre um texto uma e apenas uma conjectura interpretativa. Em princípio, podemos fazer uma infinidade delas. Mas no fim as conjecturas deverão ser testadas sobre a coerência do texto e à coerência textual só restará desaprovar as conjecturas levianas. (ECO, 2004, p. 46)

4 Tradução, (re)interpretação e (re)autoria: *Intentio translationis*?

Se tais questões que circundam o ato interpretativo já apresentam um alto grau de complexidade e se configuram como fonte infindável de debates, transpô-las para o âmbito da tradução e dos textos traduzidos significa complexificá-las ainda mais. Em primeiro lugar, toda atividade tradutória é, necessariamente e *a priori*, uma atividade interpretativa. O tradutor, configurado inicialmente como leitor, preenche as lacunas de significação presentes na obra a ser traduzida a partir de seus próprios referenciais culturais e dos indícios apresentados pelo texto através da figura do leitor-modelo como estratégia textual. Desse modo, elege um ou mais significados para constituir sua interpretação, instituindo conjecturas sobre as estratégias do texto e construindo, ao longo desse processo, uma imagem de autoria da obra:

Um texto é um artifício que tende a produzir seu próprio leitor-modelo. O leitor empírico é aquele que faz uma conjectura sobre o tipo de leitor-modelo postulado pelo texto. O que significa que o leitor empírico é aquele que tenta conjecturas não sobre as intenções do autor empírico, mas sobre as do autor-modelo. O autor-modelo é aquele que, como estratégia textual, tende a produzir um certo leitor-modelo. (ECO, 2004, p. 46)

De maneira análoga ao conceito de leitor-modelo, a figura do autor-modelo representa, para Eco, uma estratégia textual instituída durante o processo interpretativo, construída a partir de indícios textuais e que não se confunde com o autor empírico. Sob tal perspectiva, portanto, todo ato tradutório se inicia a partir da constituição da figura de um autor-modelo.

Contudo, uma vez que o ato interpretativo prévio à tradução visa como objetivo final à (re)construção de um (novo) texto, o processo interpretativo do tradutor não pode findar na simples instituição de um autor-modelo e na determinação de um ou mais significados como sua interpretação da obra. Se considerarmos a *intentio operis* – a busca pela intenção profunda do texto, situada entre autoria e leitura – como o critério determinante da interpretação de textos estéticos, a tarefa do tradutor se

configura não como a transposição de uma mensagem entre duas línguas, mas sim como a recriação da *intentio operis* da obra fonte em um novo sistema semiótico. Para tanto, não bastará apenas contar com a figura do autor-modelo, mas, em um processo interpretativo inverso ao processo autoral gerativo do texto, elaborar estratégias textuais que possibilitem a instituição, no texto-alvo, de um leitor-modelo análogo àquele instituído pelo texto fonte. Desse modo, o tradutor preza pela construção de um novo texto cuja *intentio operis* desperte no leitor efeitos e possibilidades de interpretação análogas às do texto fonte. Visto dessa forma, o processo tradutório aproxima-se do conceito de transcrição conforme proposto por Haroldo de Campos (2011), encontrando respaldo nas ideias de Benjamin (2008[1923]) e Jakobson (2003[1959]).

Referindo-se também à semiótica ilimitada de Peirce (2010), Jakobson defende a impossibilidade de equivalência total durante qualquer ato tradutório, uma vez que os signos são dotados de relevos culturais que impõem divergências sobre suas interpretações até mesmo em casos de sinonímia – “com certeza” e “indubitavelmente”, por exemplo, podem até significar “a mesma coisa”, mas, caso sejam cambiados em um texto, suscitarão referenciais culturais distintos dos leitores e, desse modo, alterarão a imagem de autor-modelo durante o ato interpretativo. No caso de traduções interlinguais, tais relevos culturais se tornam ainda mais palpáveis, uma vez que distinções gramaticais e culturais entre duas línguas (ou sistemas semióticos) exacerbam a impossibilidade de equivalência total.

Jakobson argumenta ainda que no caso de textos que desempenham função estética existe uma relação mais estreita entre seus significados e suas formas, uma vez que o signo estético tende não somente a traduzir-se por outros signos, conforme prevê a cadeia semiótica peirceana (PEIRCE, 2010), mas também à autorreferencialidade, uma vez que significam também através de sua materialidade sígnica:

Em poesia, as equações verbais são elevadas à categoria de princípio construtivo do texto. As categorias sintáticas e morfológicas, as raízes,

os afixos, os fonemas e seus componentes (traços distintivos) – em suma, todos os constituintes do código verbal – são confrontados, justapostos, colocados em relação de contiguidade de acordo com o princípio de similaridade e de contraste, e transmitem assim uma significação própria. A semelhança fonológica é sentida como um parentesco semântico. (JAKOBSON, 2003[1959], p. 72)

Em termos benjaminianos, a tarefa do tradutor consiste, portanto, não na “transmissão inexata de um conteúdo inessencial” (BENJAMIN, 2008[1923], p. 51) derivada da busca pela transposição de um código ou mensagem, mas sim na busca por aquilo que, na obra, excede a comunicação e repousa, conforme o pensamento de Jakobson, na função poética ou estética do texto. A noção de transcrição, portanto, propõe que:

O tradutor traduz não o poema (seu conteúdo aparente), mas o modus operandi da função poética no poema, liberando na tradução o que nesse poema há de mais íntimo, sua *intentio* “intra-e-intersemiótica”: aquilo que no poema é “linguagem”, não meramente “língua”. (CAMPOS, 2011, p. 27)

Desse modo, Campos faz convergir em seu conceito de transcrição a teoria peirceana de iconicidade *sígnica*, o conceito de função poética de Jakobson, o pensamento benjaminiano de tradução como “redação da forma” (CAMPOS, 2011, p. 22) e o ideal da interpretação como busca da *intentio operis* conforme proposto por Eco.

Sob essa perspectiva, o tradutor primeiramente deve interpretar a obra de modo a preencher suas lacunas de significado a partir de seus próprios referenciais culturais e dos indícios presentes no texto através da estratégia textual do leitor-modelo, levantando, através de sua interpretação, um número possivelmente infinito de significados ancorados na intenção profunda do texto. Somente a partir dessa interpretação, o tradutor será capaz de criar uma tradução que almeje não a transposição do texto como mensagem ou código materializado em uma língua, mas sim a (re)criação analógica das estratégias textuais de leitor e autor-modelo,

suscitando, em um sistema semiótico distinto, uma *intentio operis* que desperte no leitor interpretações e efeitos semelhantes aos do texto fonte.

5 Teoria, empirismo e prática tradutória

Enquanto os construtos teóricos apresentados até aqui certamente representam possibilidades de melhor compreender tanto o processo interpretativo de textos estéticos quanto os atos tradutórios que os circundam, a prática de tradução nos revela que durante tais processos incide ainda um grande número de variáveis não contabilizadas por tais teorias.

Em primeiro lugar, reside o fato de que textos estéticos escritos em língua materna e suas traduções não ocupam, em seus respectivos sistemas literários e sociais, as mesmas posições. Conforme debate a teoria dos polissistemas (GENTZLER, 2009), textos literários ocupam, na sociedade da qual fazem parte, posições de aceitação e destaque distintas, a depender de uma série de fatores culturais, sociais, históricos e econômicos. Autores canônicos ou reconhecidos pela crítica terão suas obras mais facilmente circuladas e elogiadas, enquanto textos de uma dita “literatura menor” dificilmente encontrarão tais facilidades. A depender do contexto histórico, divergências e inovações estilísticas propostas por novos autores podem ser duramente criticadas pelo público-leitor ou, inversamente, elogiadas enquanto renovação artística. Podemos argumentar, portanto, que representações históricas e sociais da obra e do autor (empírico) acabam por incidir indiretamente na construção de um autor-modelo durante a interpretação.

No caso de obras traduzidas, os polissistemas literários se tornam ainda mais relevantes uma vez que determinam quais obras serão traduzidas e quais posições suas traduções ocuparão nos sistemas de chegada. Desse modo, não somente a figura do autor (e, portanto, do autor-modelo) será influenciada por suas representações sociais, como também a figura do tradutor. Essas questões se relacionam diretamente à noção de patronagem, termo que designa “os poderes (pessoas, instituições) que

auxiliam ou impedem a escrita, a leitura e a reescrita da literatura” (LEFEVERE, 1985, p. 227 *apud* MARTINS, 2010).

Tais poderes, representados principalmente pelo mercado editorial, órgãos governamentais de censura, pela crítica especializada e pelo público-leitor decidem não apenas quais obras devem ser traduzidas, mas também o modo como devem ser traduzidas. O tradutor, inserido no sistema de produção capitalista, depende da figura de um patrono que comissione ou adquira suas traduções com o intuito de as circular em determinada sociedade-alvo. Desse modo, o tradutor tem sua liberdade quanto ao que deseja traduzir cerceada pelos polissistemas. Além disso, a noção de patronagem (MARTINS, 2010) incide diretamente também no seu fazer tradutório, já que, conforme exposto anteriormente, formas literárias inovadoras podem ser criticadas e afetarem o interesse econômico dos patronos. Editoras poderão, por exemplo, rejeitar traduções de um novo autor que mantenham inovações estilísticas distantes das expectativas dos polissistemas literários receptores, prezando, em vez disso, por traduções domesticantes (VENUTI, 2021) que normalizem essas divergências, aproximando o texto traduzido da cultura-alvo e invisibilizando a tradução. Os polissistemas influenciam, desse modo, não somente a instituição de um autor-modelo durante o ato interpretativo, como, além disso, a (re)construção de estratégias textuais que estabelecem o leitor-modelo e que resultam, em última instância, na construção da *intentio operis* do texto traduzido.

Questões socioculturais como essas e suas influências no processo tradutório são comumente consideradas pelos Estudos Descritivos da Tradução (TOURY, 2012; GENTZLER, 2009), que se ocupam não somente com a descrição de textos-fonte e textos-alvo e as mudanças operadas sobre o texto durante o processo tradutório, como também com a consideração de tais alterações sob uma perspectiva sociocultural, destacando o papel dos polissistemas como fator no processo tradutório, perceptível nos produtos de tais traduções. Sob a ótica dos Estudos Descritivos, as pressões

externas exercidas sobre o processo tradutório se instituem sob a forma de normas, noções de “correto” compartilhadas por sujeitos de determinada realidade social:

[...] pessoas de uma comunidade específica inevitavelmente compartilham certas ideias a respeito da “corretude” de um ato comportamental (ou de uma entidade ou artefato particular): existe um grau de concordância acerca de tal ato ser “correto” em algum sentido. [...] Enquanto “realidade social”, normas existem intersubjetivamente. Indivíduos têm conhecimento individual das normas, mas normas só são reconhecidas graças à sua existência social”. (CHESTERMAN, 2016, p. 52)¹

Sejam elas normas de expectativa, referentes à tradução como produto e “estabelecidas pelos receptores da tradução, segundo aquilo que esperam que uma tradução (de um tipo específico) deva ser, e que um texto nativo (de um tipo específico) na língua-alvo deva ser” (CHESTERMAN, 1993, p. 9)²; ou normas profissionais, referentes à tradução como processo e estabelecidas pelos profissionais que circundam as práticas tradutórias (CHESTERMAN, 2016), tais conceitos explicitam o efeito direto que questões socioculturais têm no processo tradutório e nos textos traduzidos como produtos, impactando tanto o processo interpretativo desenvolvido inicialmente pelo tradutor quanto a sua liberdade criativa durante o processo de (re)criação de estratégias textuais que visem à transcrição ou reprodução analógica da *intentio operis* do texto fonte em um novo sistema semiótico.

¹ Tradução nossa. Na fonte: “[...] people in a given community inevitably share certain ideas about the ‘correctness’ of a particular act of behaviour (or indeed a particular entity or artefact): there is a degree of agreement as to whether the act is ‘correct’ in in some sense. [...] As ‘social reality’, norms exist intersubjectively. Individuals have individual knowledge of norms, but norms are only recognized by virtue of their social existence”.

² Tradução nossa. Na fonte: “[Expectancy norms are] established by the receivers of the translation, by their expectations of what a translation (of a given type) should be like and what a native text (of a given type) in the target language should be like”.

6 *Translator et lector empiricus*: pontes entre uma estética e uma sociologia da recepção

As considerações socioculturais levantadas pelos Estudos Descritivos da Tradução evidenciam como forças externas ao processo tradutório acabam por influenciá-lo de maneira bastante direta. O conceito de normas, por sua vez, aponta para uma relação entre as teorias aqui descritas e os autores, leitores e tradutores reais. Ainda assim, lacunas de compreensão ainda existem quanto ao que Eco chama de uma “sociologia da recepção” que se debruce sobre estudos empíricos – mesmo diante de sua expansão ao longo dos últimos anos.

Podemos perceber, durante as últimas duas décadas, um crescimento no número de pesquisas que estudam tradutores e leitores empíricos, especialmente frente ao surgimento de novas ferramentas para a coleta de dados. Aplicações de metodologias como protocolos verbais ou protocolos de pensamento em voz alta (BERNADINI, 2001) – nos quais tradutores expõem, através da verbalização, o processo lógico que seguem cognitivamente durante a tradução – têm recebido maior atenção e se apresentam como uma possível forma de melhor compreender o processo tradutório através de dados qualitativos coletados empiricamente. O uso de ferramentas de tradução assistida por computador também tem possibilitado o refinamento de investigações empíricas através do registro de teclas e do rastreamento ocular (WITCZAK, JAWORSKI, 2018), unindo-se aos avanços nos estudos de *corpora* (ZANETTIN, 2013) como forma de coleta de dados quantitativos. Somam-se também a tais estudos o ainda contínuo uso de entrevistas e consultas aos tradutores como forma de melhor compreender os textos traduzidos como produtos. Quanto ao polo receptor, investigações voltadas para a acessibilidade (sobretudo de textos audiovisuais) através do uso de rastreamento ocular e do monitoramento da atividade eletrodérmica (GAMBIER, 2018) também se apresentam como possíveis novas vias de investigação empírica do processo de recepção. Questionários, entrevistas e estudos

longitudinais também representam ferramentas de crescente interesse científico no estudo empírico da recepção e interpretação de textos traduzidos.

A coleta de dados empíricos através das metodologias descritas acima torna possível o aprimoramento da nossa compreensão acerca do processo tradutório e interpretativo uma vez que possibilita o estabelecimento e refinamento das normas que guiam tais processos. Se considerarmos que tais normas são, em grande medida, responsáveis por orientar o tradutor nas escolhas de quais estratégias melhor se ajustam aos seus objetivos (CHESTERMAN, 2016), podemos argumentar que melhor compreendê-las significa também melhor compreender as forças que moldam a recriação das estratégias textuais de leitor- e autor-modelo durante o processo de reescrita necessário à reprodução analógica de uma *intentio operis*, entendida como principal objetivo da tradução literária como transcrição (CAMPOS, 2011).

7 Conclusão

Esperamos que através da apresentação do conceito de *intentio operis* e das estratégias textuais de leitor- e autor-modelo (ECO, 2004, 2005, 2015) aplicadas ao processo tradutório, tenhamos enfatizado a importância de considerar o processo de interpretação durante o estudo de traduções. Tais estratégias constituem, sob a ótica da transcrição (CAMPOS, 2011), o principal critério de orientação para a reescrita textual. Apesar disso, incidem ainda sob o tradutor e o processo tradutório uma série de outros fatores externos, determinados principalmente pela figura da patronagem (MARTINS, 2015) e pelos polissistemas literários (GENTZLER, 2009).

Conforme discutido, tais fatores influenciam o processo tradutório de maneira bastante direta, visto que são responsáveis por regular a entrada de novas obras nas sociedades através das figuras do mercado editorial e da crítica especializada. Não somente, o contexto sócio-histórico-cultural afeta o tradutor também através da recomendação de tendências domesticantes ou estrangeirizantes (VENUTTI, 2021). Por fim, os polissistemas literários guiam, além disso, o processo de recepção de textos

estéticos, uma vez que estabelecem a noção de cânone literário e moldam a figura do autor-modelo.

Considerações a respeito dos polissistemas e do contexto sócio-histórico-cultural, que circunda a tradução, são parte integrante dos Estudos Descritivos da Tradução (TOURY, 2012; GENTZLER, 2009), sobretudo através da noção de normas tradutórias (CHESTERMAN, 1993, 2016; TOURY, 2012). Tais normas, – representando as noções de “corretude” compartilhadas por determinada sociedade – podem iluminar de que maneira a influência de fatores externos se materializa nas traduções como processos e produtos. A formulação de tais normas e a avaliação do seu impacto real sobre tradutores e leitores, contudo, é dificultada pela falta de mais estudos empíricos que se debruçam sobre o tema.

Desse modo, recorrer a novas metodologias e tecnologias para obtenção de dados empíricos advindos de tradutores e leitores de traduções pode se mostrar um esforço proveitoso no refinamento desse campo teórico. Estudos realizados a partir da aplicação de protocolos verbais, do registro de teclas em *softwares* de tradução auxiliada por computador e do uso de *corpora* representam possibilidades de obter mais dados empíricos – qualitativos e quantitativos – advindos de tradutores em atividade. Quanto ao polo receptor, estudos realizados através de questionários e entrevistas, do monitoramento da atividade eletrodérmica e do registro do movimento ocular representam vias de investigação empírica que podem auxiliar não somente na melhor compreensão do processo de interpretação de textos traduzidos como também na garantia de maior acessibilidade aos leitores.

Assim, considerar a interferência de fatores externos no processo tradutório – sobretudo através de estudos empíricos – representa a possibilidade de refinamento teórico mediante o estabelecimento de normas que, em última instância, podem influenciar de que formas a *intentio operis* de um texto pode ser e é, efetivamente, recriada.

Referências

BARTHES, R. **O Rumor da Língua**. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENJAMIN, W. **A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin**: quatro traduções para o português. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008.

BERNADINI, S. Think-aloud protocols in translation research. **Target**, Amsterdam, vol. 13, n. 2, p. 241-263, 2001. DOI <https://doi.org/10.1075/target.13.2.03ber>

CAMPOS, H de. **Da Transcrição**: poética e semiótica da operação tradutora. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2011.

CHESTERMAN, A. From Is to Ought: Laws, Norms and Strategies in Translation Studies. **Target**, Amsterdam, vol. 5, n. 1, p. 1-20, 1993. DOI <https://doi.org/10.1075/target.5.1.02che>

CHESTERMAN, A. **Memes of Translation**: The spread of ideas in translation theory. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016. DOI <https://doi.org/10.1075/btl.123>

ECO, U. **Lector in Fabula**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ECO, U. **Interpretação e Superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ECO, U. **Os Limites da Interpretação**. Tradução de Pérola de Carvalho. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GAMBIER, Y. Translation studies, audiovisual translation and reception. *In*: DI GIOVANNI, E; GAMBIER, Y. (ed.). **Reception Studies and Audiovisual Translation**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 43-66. DOI <https://doi.org/10.1075/bct.95>

GENTZLER, E. **Teorias Contemporâneas da Tradução**. Tradução de Marcos Malvezzi. 2. ed. rev. São Paulo: Madras, 2009.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. Tradução de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2003.

MARTINS, M. As Contribuições de André Lefevere e Lawrence Venuti para a Teoria da Tradução. **Cadernos de Letras**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 59-72, 2010.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PLAZA, J. **Tradução Intersemiótica**. São Paulo, Perspectiva: 2003.

TOURY, G. **Descriptive Translation Studies – and beyond**. 2 ed. Amsterdam: John Benjamins, 2012. DOI <https://doi.org/10.1075/btl.100>

VENUTI, L. **A invisibilidade do tradutor**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

WITCZAK, O.; JAWORSKI, R. CAT Tools Usability Test with Eye-Tracking and Key-Logging: Where Translation Studies Meets Natural Language Processing. **Między Oryginałem a Przekładem**, vol. 24, n. 3, p. 49-74, 2018. DOI <https://doi.org/10.12797/MOaP.24.2018.41.03>

ZANETTIN, F. Corpus Methods for Descriptive Translation Studies. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, vol. 95, p. 20-32, 2013. DOI <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.10.618>